

O refinanciamento das taxas

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O Brasil está em condições de assumir a liderança política e econômica no encaminhamento da questão da dívida externa e, nesse contexto, o governo sente-se seguro para abrir um novo flanco junto aos credores: o do refinanciamento dos juros, de modo a combinar, por um lado, a entrada de novos recursos e, por outro, a capitalização de parte do serviço da dívida.

As idéias começam a ser amadurecidas nos gabinetes dos ministérios econômicos com vistas a uma próxima etapa de renegociação dos empréstimos contraídos com os bancos privados, que deverá ser retomada no final deste ano. "Uma simples reestruturação da dívida em termos plurianuais não representa muito, já que isso vem sendo feito, de algum modo, desde 1983", observou ontem para este jornal o secretário especial para Assuntos Econômicos da

Seplan, Paulo Nogueira Baptista Júnior.

CRÉDITOS

Assim, além do desembolso bruto de cerca de US\$ 1,5 bilhão que o País pretende obter do Banco Mundial (BIRD) — quase o dobro da liberação do ano passado, de US\$ 800 milhões — de novos recursos, que o governo brasileiro quer assegurar no decorrer de 1986, há créditos que serão tomados junto a bancos comerciais privados, no esquema de cofinanciamento com apoio do próprio BIRD, para aplicação no programa de saneamento do setor de energia elétrica. Alguns bancos já manifestaram interesse em participar do esquema, mas os comprometimentos dependem ainda dos acertos que o Brasil vem negociando com o BIRD em torno do cronograma de liberações para este ano.

Para ajudar na redução das transferências de recursos para o exterior, a capitalização dos juros aparece como um complemento que traz, entre outras vantagens, a de não elevar a dívida contraída com a comunidade financeira internacional. Neste aspecto, o Brasil poderá valer-se mais uma vez do exemplo do México, embora em circunstâncias completamente opostas. Aquele país, que até o início do ano passado era tido como o devedor modelo pelos bancos internacionais, passa agora a ser caracterizado como um caso especial. "Os credores querem isolá-lo dos outros casos; querem passar um cordão de isolamento em torno do

México", destacou Paulo Nogueira Baptista Júnior. A situação daquele país, com as sucessivas quedas observadas no preço mundial do petróleo, é extremamente difícil no que diz respeito ao pagamento dos compromissos assumidos com os bancos internacionais.

No caso do Brasil, a preocupação em torno das transferências de recursos para o exterior dá-se na medida em que este processo prejudica o financiamento para os investimentos internos.

CAPITAL

O secretário da Seplan lembra que a formação bruta de capital fixo no País caiu do nível médio de 26% do PIB — observado na década de 70 — para a taxa de 16% verificada no ano passado. O processo de transferência de recursos, que há alguns anos era favorável ao Brasil — 2,1% do PIB entrava sob a forma de empréstimos colhidos no exterior —, voltou-se radicalmente contra o País, em movimento inverso, que representou 5,6% do PIB em 1984 e 5,1% do PIB em 1985.

Com investimentos estrangeiros o governo prefere não contar. "Os montantes têm sido tão insignificantes que não vale a pena esperar nada de expressivo para os próximos anos", disse Baptista Júnior. Em 1985, entrou no País sob a forma de investimentos estrangeiros líquidos — já descontadas daí as conversões de empréstimo em investimento — a pequena parcela de US\$ 270 milhões.